



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015234-22.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário**
 Requerente: **Joseildo Alípio Guilherme**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

JOSEÍLDO ALÍPIO GUILHERME, qualificado nos autos, propôs **AÇÃO PREVIDENCIÁRIA** em face do **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS**, alegando, em síntese, que em razão do descrito na inicial se encontra incapacitada para o exercício de suas atividades laborativas. Assim, requereu a procedência do pedido, a fim de que o réu seja condenado ao pagamento do benefício do auxílio-doença acidentário, com a sua conversão em auxílio acidente. Juntou documentos.

Citado, o réu apresentou contestação (fls. 40/48), refutando os fatos e fundamentos jurídicos do pedido. Juntou documentos.

Réplica as fls. 75/81. Laudo pericial as fls. 91/95, seguido de manifestação das partes as fls. 101/103 e 108/110. Complementação ao laudo pericial as fls. 125/127, sendo facultada nova manifestação das partes (fls. 131/133 e 137). Somente a parte autora apresentou memoriais (fls. 144/148). O julgamento foi convertido em diligência para a expedição de ofício (fl. 149), com a resposta a fl. 177, ocorreu nova manifestação da perita a fl. 179, sendo oportunizada manifestação às partes (fls. 184/187 e 192).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Os pedidos são improcedentes.

A concessão dos benefícios requeridos na inicial requer a demonstração de debilidade permanente ou parcial.

A perita concluiu que a sequela funcional decorrente da fratura do 2º metacarpo à direita “é leve e não confere ao autor prejuízo à continuidade da atividade de armador desenvolvida nessa ocasião e tampouco requer dispêndio

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de maior e permanente esforço” (fl. 126), mantendo o mesmo entendimento mesmo após as informações prestadas pela empresa em que o autor trabalhava ao tempo do acidente (fls. 177 e 179).

Necessário, ademais, consignar que o laudo pericial foi realizado por perita capacitada, da confiança do Juízo e sob o crivo do contraditório e, ainda, fornece elementos suficientes para a correta solução da lide.

Nada justifica, então, a concessão dos benefícios pleiteados.

Em sendo essas as razões, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento dos ônus da sucumbência (custas, despesas processuais e honorários no valor de R\$ 500,00), observando-se, contudo, a concessão dos benefícios da justiça gratuita, com fundamento no artigo 85, § 8º do CPC.

P.I.

São Carlos, 03 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**